

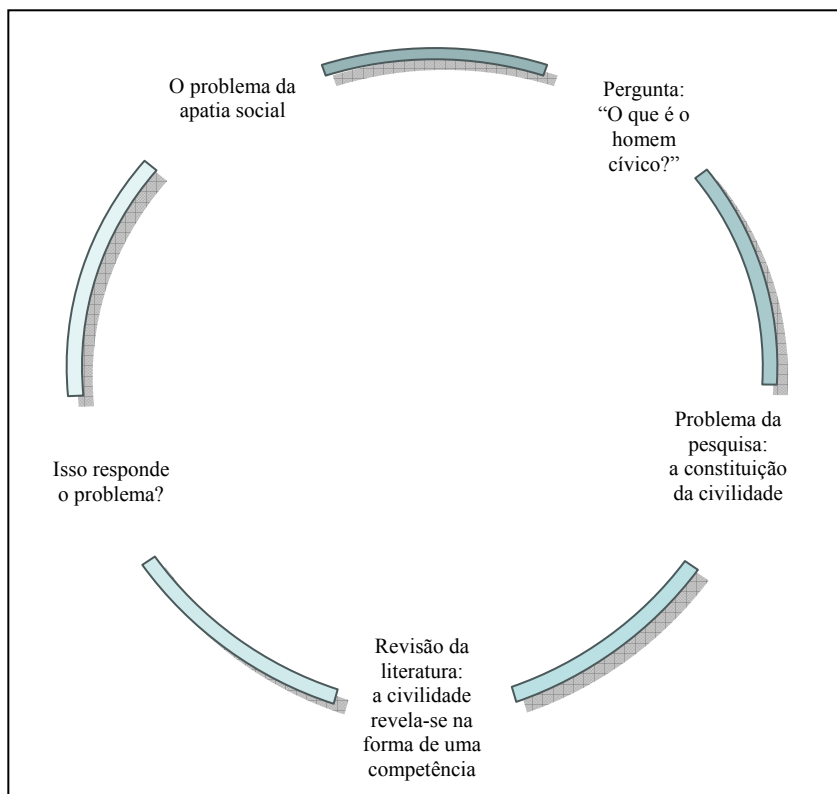
6

Considerações finais: a teoria política da competência cívica

We are free not because of what we statically are, but insofar as we are becoming different from what we have been.

(John Dewey)

A investigação reconstrutiva da noção de competência realizada nesta dissertação surgiu a partir da hipótese intuitiva de que a teoria republicana do Estado exige uma leitura específica da idéia de “cidadania” que demanda um comportamento subjetivamente determinado por estados intelectuais específicos. O republicanismo pressupõe a existência de homens cognitivamente avançados para participar dos discursos sobre a coisa pública. Nesse quadro, veio a mim, através de diversos estudos, a noção de “competência”. Para ser participante dos discursos no espaço público seria preciso dominar um sistema de regras lingüísticas que permite a utilização adequada de atos de fala nos complexos contextos interativos contemporâneos. O processo foi mais ou menos assim:



Quadro 4. O processo da pesquisa.

Após a revisão da literatura, encontrei algumas noções que indicaram a existência de uma competência humana nesse sentido. Acontece que, para a formulação de tais noções, os teóricos estudados inevitavelmente direcionaram o foco das investigações para o problema das operações da mente humana à luz de estudos naturalísticos, biológicos, fisicalistas. Ainda, esse caminho acabou por conduzir a pesquisa (dos autores e, portanto, a minha) para outras questões de ordem mais epistemológica e metodológica de uma maneira geral.

Com relação a tais questões epistemológicas e metodológicas, acredito que a presente dissertação indicou duas idéias centrais. Sem cuidar detidamente das autorias específicas, resumirei essas idéias abaixo. Em seguida, tentarei aplicá-las ao desenho de uma possível teoria política fundada na noção de competência cívica. A transposição de estudos epistemológicos e metodológicos, fundados em materiais naturalisticamente apreendidos, para a arena da política, encontra a sua justificação, cumpre alertar, na defesa daquilo que Dewey chamou de “princípio da continuidade” entre os conhecimentos produzidos nos campos da ciência natural e social.¹ Essa idéia está presente também nos estudos de Pettit, especificamente na noção de “holismo”.

- 1) A primeira idéia, aqui denominada “naturalismo” ou “fisicalismo”, consiste na constatação científica de que a realidade se organiza estruturalmente na forma de uma rede dinâmica de processos em constante interação. Isso acontece com tudo que se encontra no “mundo da vida”. Assim também se passa com as competências humanas: a visão, a audição, a digestão e, acima de tudo, a cognição são todas biologicamente (naturalisticamente) condicionadas. A mente representa uma estrutura com organização interna autopoietica que se adapta aos estímulos ambientais. Tal idéia parece ser por todos compartilhada: desde Kohlberg e Habermas (via Dewey, Piaget e Chomsky) a Pettit.

¹ “*Intellectual prophecy is dangerous; but if I read the cultural signs of the times aright, the next synthetic movement in philosophy will emerge when the significance of the social sciences and arts has become an object of reflective attention in the same way that mathematical and physical sciences have been made the objects of thought in the past, and when their full import is grasped. If I read these signs wrongly, nevertheless the statement may stand as a token of a factor significant in my own intellectual development*” (DEWEY, John. From Absolutism to Experimentalism. *Op.cit.*, p. 21).

- 2) A segunda idéia é a de que a mente humana (como organismo vivo estruturalmente determinado) opera sempre no *médium* da linguagem. Quer dizer: os seres humanos só acontecem na linguagem. A realidade, portanto, é sempre simbolicamente estruturada por operações mentais. Nesse cenário, a pergunta que fica por responder, diante da divergência crucial identificada na revisão da literatura, diz respeito ao caráter absoluto dos conceitos mentalmente formados, como a idéia de “competência”, que aqui busquei reconstruir. Se, como quer Chomsky, a formação dos conceitos no mundo da vida pode ser explicada por uma faculdade específica da linguagem geradora desses conceitos (“FFC”) – que, por sua vez, recorre a representações recursivas produzidas também na linguagem para gerar e explicar as idéias –; e, se essa faculdade da linguagem é ela própria ecologicamente adaptada, como fica a questão da validade universal de propostas teóricas?

Quem vence? A linguagem ou a biologia? Será mesmo que o amor e a dor foram inventados na nossa linguagem, assim como a roda, a democracia e a televisão? Não são essas idéias formas universais? E a decodificação do código genético – foi invenção ou descoberta? Destaca-se que a querela não pode obviamente restringir-se ao domínio das “ciências sociais”; estende-se verdadeiramente a toda a realidade que é determinada como sendo realidade pela cognição do homem. Essas elucubrações levam-nos a questionar a própria ciência como um conhecimento válido na nossa vida. E a medicina? Como fica? Na busca de um otimismo nessa existência, vale recorrer à proposta de Pettit:

Eu argumento que podemos com felicidade abraçar esse tipo de antropocentrismo. Particularmente, podemos abraçá-lo consistentemente com assegurar uma visão realista da nossa relação com o mundo: uma visão sob a qual o entendimento sobre o mundo é uma questão de descoberta, e não invenção. Esse aspecto realista de nosso antropocentrismo vem à tona no fato de que podemos continuar a assegurar duas pretensões distintas. Podemos continuar a acreditar na servilidade epistêmica: no fato de que ao se buscar conhecer as coisas devemos nos antenar a uma realidade independente. E podemos continuar a acreditar na abertura cultural: no fato de que não há nada que os membros de uma cultura possam saber que seja inacessível em princípio para as pessoas lá fora.²

Passa-se a examinar, a seguir, as implicações políticas dessas idéias.

² PETTIT, Philip. *The Common Mind*, *Op.cit.*, 116..

* * *

O que a reconstrução da noção de competência humana realizada na primeira parte deste trabalho parece indicar é simples: o alcance, a melhora, o avanço, ou a adaptação da competência comunicativa ou discursiva do indivíduo, fortemente associadas aos processos cognitivos e lingüísticos, determinam a existência de um cidadão moral e mentalmente qualificado para tomar parte das decisões sobre os destinos da república. Associam-se os elementos cognitivos, lingüísticos, discursivos, de um lado, enquanto condicionantes de uma competência interativa e comunicativa, com a idéia de virtude e moral, como determinantes da competência cívica. A tese pressupõe uma idéia evolucionista, ao destacar, no tempo e no espaço, a existência de uma passagem:



Quadro 5. A idéia de evolução.

A idéia de estruturas cognitivas que se reorganizam com vistas a equilibrar as relações entre organismo e ambiente é emprestada, por todos, de Charles Darwin. Na verdade, uma teoria sobre o desenvolvimento do homem, nesses termos, refere-se a uma série de questões já versadas por Dewey e Mead, fortemente influenciadas por concepções evolucionistas em geral.³ Todos eles postularam a existência de estágios de desenvolvimento que representam transformações estruturais cognitivas e, assim, nas concepções do próprio *self* e da sociedade. Esses estágios, no caso do Mead, alteram-se conforme os modos de adotar o papel do outro nas situações sociais [*role-taking*]. De forma similar, é o que dizem Piaget e Kohlberg. Todos, em suma, assumem a existência de um ser humano ativo e criativo que estrutura o próprio mundo.

³ Cf. DEWEY, John. The Influence of Darwinism in Philosophy (1909). In: HICKMAN, Larry A.; ALEXANDER, Thomas M. (ed.). *Op.cit.*, pp. 39-45; MEAD, George-Herbert. Evolution Becomes a General Idea. In: *On Social Psychology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1977; pp. 3-18.

O perigo de uma teoria social e política fundamentada nos modelos evolucionistas que conformam a produção teórica no campo das ciências naturais é justamente a possibilidade de se vir a admitir, ainda que hipoteticamente, a perfeição do governo de poucos homens porque mais desenvolvidos e avançados. O governo, nessa perspectiva aristocrática, deveria estar sob a responsabilidade dos poucos homens competentes para tratar dos problemas complexos do cotidiano da vida política, cuja solução demandaria operações mentais cada vez mais criativas. Somente os homens mais desenvolvidos na escala da evolução da espécie humana (*homo sapiens*) estariam capazes de participar dos processos de decisão sobre os caminhos políticos a serem seguidos na administração da república. Um modelo político fundado na competência cívica resultaria, indubitavelmente, na existência de um discurso legítimo, pois nesses casos a produção de um consenso racional ocorria por meio de uma situação ideal de comunicação que é não-distorcida. Preserva-se a liberdade dos participantes porque há controle discursivo. Mas como fica o ideal democrático nesse cenário?

Aqui se destaca a noção de exclusão como um contraponto problemático à defesa de uma competência comunicativa. A isso relacionam-se as antigas idéias – hoje naturalizadas no discurso social – de representação. Tanto o mandato político como a exigência de constituição de advogado fundamentam-se nessa noção de competência. Daí que “um dos aspectos centrais da análise da noção de representação em sua relação com a análise do discurso e com a questão da exclusão social é o problema do sujeito do discurso”⁴. Essa é precisamente a crítica de Marilena Chauí:

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.⁵

⁴ MARCONDES, Danilo. *Filosofia, Linguagem e Política: formas de discurso, representação e exclusão social*. *Op.cit.*, p. 161.

⁵ CHAUI, Marilena. O discurso competente. In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2003, p.7.

A este ponto poder-se-ia sugerir o questionamento dos fundamentos de toda a pesquisa conduzida, que afirmam a suposição geral de que é preciso ter competência para ser cívico. A idéia de competência em si deriva de um sistema de crenças e teorias coerentes que conservam a sua autoridade há anos na história das idéias. Admitir a possibilidade de se defender um homem moralmente desenvolvido que, no entanto, viesse a não possuir uma competência cognitiva objetivamente determinável implicaria rejeitar todo esse arcabouço teórico republicano. O compromisso com ideais democráticos certamente exigiria uma postura nesse sentido, como defende Chauí, mas a obrigação científica de se manter fiel ao quadro de formulações teóricas já consolidadas aparece como um forte impedimento nesse sentido – a menos que ressalvas justificáveis sejam encontradas no interior desses próprios discursos. E esse é um trabalho para os intelectuais... Talvez Dewey possa ajudar.

* * *

Em *The Public and its Problems*, após destacar uma série de problemas presentes nos Estados democráticos, sobretudo nos Estados Unidos, Dewey constata que o problema maior do público é a questão da sua descoberta e sugere alguns corolários sobre o método de resolução do problema formulado. Aqui entra justamente a sua tese do método experimental, subjacente ao pragmatismo que defendia. O autor pergunta-se: Quais são as condições sob as quais possamos razoavelmente vislumbrar o público emergindo de seu eclipse?.

O livro foi escrito em resposta à controvertida tese encampada pelo jornalista americano Walter Lippmann, em *Public Opinion* (1922), no qual se afirmava que a contrapartida necessária para um bom funcionamento de uma república democrática era a existência de cidadãos chamados “omnicompetentes”, ou melhor, de cidadãos “*civic-minded*”. Pois bem. Lippmann identificava, assim, na teoria republicana, a centralidade da idéia de indivíduo “omnicompetente”. Dewey então discorre sobre a proposta de Lippmann:

Dois constituintes essenciais naquela mais antiga teoria, como será recordado, eram as noções de que todo indivíduo é ele próprio equipado com a inteligência necessária, sob a operação do auto-interesse, para engajar em assuntos políticos; e que o sufrágio universal, eleições freqüentes de oficiais e a regra da maioria são suficientes para garantir a responsabilidade dos dirigentes eleitos para com

os desejos e interesses do público. Como vamos ver, a segunda concepção é logicamente vinculada à primeira e sustenta-se ou cai com ela. Na base do esquema reside aquilo que Lippmann bem chamou de idéia de indivíduo “omnicompetente”: competente para estruturar a política, para julgar seus resultados; competente para saber em todas as situações que demandam ação política o que é para o próprio bem, e competente para enfatizar sua idéia de bem e a vontade de realizá-la contra forças opostas. (...) Se não fosse a influência desviante de uma falsa psicologia, a ilusão poderia ter sido detectada de antemão.⁶

Para o autor,

a medida da verdade que ela [a idéia] contém foi derivada da observação de um grupo relativamente pequeno de homens espertos de negócios que regulavam seus empreendimentos por cálculos e contabilidade, e de cidadãos de comunidades pequenas e estáveis que eram tão intimamente conectados com as pessoas e os casos de sua localidade que eles podiam realizar julgamentos competentes sobre a concepção de medidas propostas sobre seus próprios interesses.⁷

Nas páginas finais do livro, Dewey afirma que talvez as conclusões que foram estabelecidas com relação às condições sobre as quais depende a emergência do Público de seu eclipse parecerão quase negatórias da possibilidade de realizar a idéia de um público democrático:

Pode ser argumentado que o movimento democrático foi essencialmente transicional. Marcou a passagem das instituições feudais para o industrialismo, e foi coincidente com a transferência do poder de proprietários de terras, aliados das autoridades da igreja, para capitães da indústria, sob condições que envolveram uma emancipação das massas de limitações legais que previamente as constrangiam. Mas, como se costuma dizer, é um absurdo converter essa liberação legal num dogma que alega que a libertação de velhas opressões confere aos emancipados as qualidades intelectuais e morais que os permite compartilhar a regulação dos negócios do estado. A falácia essencial da crença democrática, afirma-se, é a noção de que um movimento histórico que efetuou uma importante e desejável libertação de restrições é ou a fonte ou a prova da capacidade daqueles emancipados para governar, quando de fato não há qualquer fator em comum nas duas coisas. A alternativa óbvia é o governo por aqueles intelectualmente qualificados, por intelectuais expertos.⁸

Ora, essa possibilidade de admitir a perfeição da aristocracia não deve causar qualquer alarme ou espanto, pois foi a essa mesma conclusão que chegaram – e, na mesma medida, foram severamente criticados – muitos pensadores políticos, dos clássicos aos modernos. Ainda se reclama das mesmas

⁶ DEWEY, John. *The Public and its Problems*. Ohio: Swallow Press, 1954, pp. 157-158.

⁷ *Idem*, p. 158.

⁸ *Idem*, pp. 204-205.

questões que em 1750 incomodavam Rousseau: a erosão dos costumes que fazem um bom cidadão.

Sendo um democrata convicto, Dewey direciona o problema para a questão do método da investigação e da projeção social. E nesse campo sobressai a responsabilidade dos intelectuais na condução de uma intervenção social que seja essencialmente experimental e não absolutista. Dewey encerra a discussão com uma consideração sobre a relação entre os *expertos* e o público democrático.

Aspectos do problema moral do estatuto da ciência física estiveram entre nós há muito tempo. Mas as conseqüências das ciências físicas embora imensamente importantes para a indústria, (...), não teve sucesso em obter o tipo de observação que poderia trazer a conduta e o estado da ciência para dentro do campo especificamente político.⁹

O que se quer dizer com tudo isso é que os intelectuais que dominam os métodos da investigação social precisam formular e experimentar projetos alternativos para o desenho social e político do mundo. A noção de indivíduo “omnicompetente”, que possuiria em tese uma inteligência suficiente para se engajar nos assuntos públicos da comunidade, só pode ser compreendida no contexto de uma realidade que é conformada por comportamentos associados, como se disse diversas vezes ao longo deste trabalho. Isso se relaciona com a questão do hábito, central na teoria de Dewey. O pensamento é sempre germinado nos interstícios dos hábitos; o navegador, o minerador e o pescador pensam, mas os seus pensamentos se enquadram na estrutura de suas ocupações e relacionamentos acostumados. “Talvez uma maneira correta de julgar esse fenômeno” – indica Michael Walzer, em interessante texto sobre o tema da civilidade – “é perguntar o que é que esperamos dos cidadãos”.¹⁰

Nós esperamos que cidadãos obedeçam à lei e mantenham um certo decoro no comportamento – esse decoro é comumente chamado de civilidade: um de seus sentidos obsoletos é “correção civil”. Mas ele tem crescentemente denotado somente virtudes sociais; ordenação, polidez, distinção são os sinônimos que os dicionários sugerem, e esses termos, embora não há dúvidas de que seja desejável que eles descrevam a nossa vida pública, orientam-nos decisivamente

⁹ *Idem*, p. 230.

¹⁰ WALZER, Michael. Civility and Civic Virtue in Contemporary Americana. In: *Radical Principles: reflections of an unreconstructed democrat*. New York: Basic Books, 1980.

para a esfera privada. Talvez essa alteração no sentido seja sinal de nossa dedicação em declínio a valores republicanos (...).¹¹

* * *

Gostaria então de encerrar este trabalho com a proposta de encarar a civilidade como um comportamento capaz de ser revelado em processos ordinários de interação social focalizada¹² que demandam o exercício de competências comunicativas para a solução de problemas específicos. Acredito na possibilidade de efetivamente “rebaixar”¹³ o ideal de civilidade tradicional e ver nos pequenos momentos do cotidiano a manifestação de competências cívicas. Seria preciso, então, não mais investir esforços na descoberta do homem público, mas nos métodos capazes de inculcar virtudes.

Argumenta-se, em suma, que a civilidade é revelada em processos ordinários de interação social focalizada nos quais se demanda o exercício de competências discursivas para a solução de problemas. Os locais onde ocorrem essas situações interativas podem ser diversos, como salas de aula, mesas de bar, discussões de futebol, fóruns de deliberação; tribunais de justiça, praças públicas onde acontece o jogo e etc. É preciso enfatizar determinado tipo de interação social que ocorre quando duas ou mais pessoas se propõem a compartilhar um foco de atenção para solucionar um problema comum, de interesse partilhado, mediante o emprego do discurso. Quando duas pessoas raciocinam em conjunto sobre um problema focalizado reconhecem que se trata de um problema comum e orientam suas ações para o entendimento e para a solução do problema colocado.

E aqui acredito que a microsociologia pode ajudar. As reflexões dessa disciplina introduzem no campo da teoria social a aposta da vantagem analítica dos fenômenos que ocorrem em pequena escala. Trata-se de uma perspectiva pragmática que altera o vocabulário tradicional e propõe um novo laboratório de investigação: as pequenas “faixas” da experiência social onde ocorrem

¹¹ *Idem*, p. 59.

¹² Sobre o conceito de “interação focalizada”, Cf. GOFFMAN, Erving. *Encounters: two studies in the sociology of interaction*. New York: The Bobbs-Merril Company, 1961, p. 7.

¹³ Essa metáfora foi utilizada por Maria Alice Rezende de Carvalho. Cf. REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. Cidade e democracia: as transformações do homem público. In: PACHECO, Anelise; VAZ, Paulo (orgs.). In: *Vozes no milênio: para pensar a globalização*. Rio de Janeiro: Gryphus, Museu da República, 2002, pp. 89-97.

microprocessos de interação entre os indivíduos.¹⁴ Um exemplo que permite vislumbrar uma interação social focalizada consiste nos processos de resolução de conflitos que ocorrem sem a intervenção do Estado nas comunidades urbanas carentes do Rio de Janeiro. Vale citar aqui os projetos *Mediação na Lage e Balcão de Direitos*, promovidos pela organização não-governamental Viva-Rio, nos quais são empregados meios alternativos para a resolução dos conflitos e a garantia de acesso à justiça. Acredito que os métodos utilizados aumentam significativamente a possibilidade de constituição de homens cívicos capazes de conhecer e resolver seus próprios problemas. Seria preciso analisar, concretamente, qual o impacto posterior da utilização desses mecanismos na construção de identidades e sociabilidades nessas mesmas comunidades.

No final de todo esse quadro de análise, surge novamente a questão crucial acerca da possibilidade de se separar o pensamento do homem da ação. Caso se acredite que não é possível separar o pensar do agir, a mente do corpo, como defende Chomsky, o que passa a interessar então não é mais a mentalidade de quem se agita, mas a mentalidade de quem não se agita: os intelectuais.

Para terminar, só resta recorrer aos ensinamentos da experiência artística, pronunciados na voz competente de Marisa Monte:

Procuró nas coisas vagas ciência
Eu movo dezenas de músculos para sorrir
Nos poros a contrair, nas pétalas do jasmim
Com a brisa que vem roçar da outra margem do mar

Procuró na paisagem cadência
Os átomos coreografam a grama do chão
Na pele braile pra ler na superfície de mim
Milímetros de prazer, quilômetros de paixão

Vem pra esse mundo, Deus quer nascer
Há algo invisível e encantado entre eu e você [*sic*]
E a alma aproveita pra ser a matéria e viver¹⁵

¹⁴ Cf. GOFFMANN, Erving. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981; JOSEPH, Isaac. *Erving Goffman e a microsociologia*. Tradução de Cibele Saliba Rizek. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Cumpre alertar que os estudos de Goffman não foram ainda devidamente explorados de forma a atestar a sua compatibilidade com o ideal de civilidade aqui defendido. Trata-se, por ora, de uma hipótese intuitiva.

¹⁵ ANTUNES, Arnaldo; BROWN, Carlinhos; MONTE, Marisa [compositores]. A alma e a matéria. In: *Universo ao meu redor*. Rio de Janeiro: Candyall Music Produções Artísticas Ltda; Monte Songs (EMI); Rosa Celeste (BMG), 2005, faixa 9. Ao escutar essa música, e compartilhar, surge a indagação: Será que somos todos positivistas, *after all*?